

## Três reflexões iniciais sobre educação, violência e sociedade

LIMA, Pablo Henrique Teodoro de.  
PEREIRA, Marcelo Ricardo.

Apresentamos questões propositivas que visam fomentar o diálogo acerca de pontos nevrálgicos na intrínseca relação entre educação, sociedade e violência. Essas reflexões iniciais integrarão uma pesquisa de mestrado, em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que objetiva analisar e refletir sobre *que saber-fazer os educadores apresentam diante da violência na escola*. Partindo do recrudescimento dos índices de violência em instituições educativas, buscaremos conhecer o que educadores da Educação Básica de escolas públicas de Belo Horizonte entendem como violência, suas fontes e quais os possíveis projetos que desenvolvem para lidar com ela. Objetivamos também investigar, na perspectiva do conceito psicanalítico de saber-fazer, que novos saberes desses mesmos educadores podem ser produzidos pelo fazer em ato, portanto não projetado. Utilizaremos como método de pesquisa a entrevista em profundidade, de forma que o educador possa expressar, por meio de sua fala, a complexidade das questões que o envolvem no trato da violência. Buscaremos identificar no material coletado, por meio da análise clínica do discurso, que saber-fazer os educadores empregam para lidar com essa violência.

A partir do levantamento bibliográfico relacionado ao tema, trazemos para reflexão três pontos em que as discussões contemporâneas sobre educação, violência e sociedade nos convocam à problematização e reflexão.

### 1. Haveria uma violência propositiva e necessária?

Encontrar uma definição precisa para a violência não é uma tarefa simples, considerando-se as diferentes visões epistemológicas. Para Costa (1986, p. 30) a “violência é o emprego *desejado* da agressividade, com fins destrutivos”. Essa intenção destrutiva, presente na violência, não é anônima, pois se mostra e é perceptível por quem sofre ou observa o ato violento.

Vista sob outra perspectiva, encontramos a violência como uma forma de modificação do estado natural de uma coisa em outra, violando-a em sua originalidade. Haveria, portanto, uma violência revolucionária ou emancipatória quando se busca modificar a estrutura de determinada sociedade. Poderíamos considerar, portanto, que “[...] há violência ativa por trás de qualquer autêntico processo emancipatório [...]”.

(ŽIŽEK, 2014, p. 11). Sobre isso, Žižek exemplifica o caso de Hitler, que embora tenha tentado por meio da violência subjetiva (explícita) impor políticas nazifascistas para alcançar seus objetivos, não obteve resultados tão satisfatórios quanto Gandhi, que de forma pacifista, incutiu na estrutura do sistema político abalos mais significativos. A partir desse raciocínio, “é difícil ser realmente violento, efetuar um ato que perturbe violentamente os parâmetros fundamentais da vida social.” (ŽIŽEK, 2014, p. 131). Um ato de violência revolucionária e pacífica, como o citado, seria, portanto, uma violência que poderíamos dizer propositiva?

Um segundo aspecto a ser considerado é a coesão social alcançada por meio da violência institucionalizada, dada a fragilidade que apresentam os laços sociais, evitando-se uma guerra de todos contra todos. Essa violência institui um freio ao gozo sem limites, permitindo o pacto social e, em contrapartida, relegando seu domínio ao Estado, que a aplica sob a forma do Direito e da Lei: a violência sistêmica. A violência, contudo, possui uma dimensão que a relativiza, pois o ato violento sempre tende à forma de sua interpretação pelo sujeito, a sociedade e a cultura. Uma violência que objetiva modificar o estado de algo e manter a coesão social ainda poderia ser considerada violência, ou teríamos que dar-lhe outra denominação, tendo por finalidade sua superação (se considerarmos possível o laço social que prescindia da violência)?

## **2. A pobreza causaria a violência?**

Para alguns teóricos, a violência se apresenta como uma consequência das fraturas encontradas no seio do tecido social, que historicamente perpetua situações que expõem ao risco e à vulnerabilidade uma parcela considerável de sujeitos. Segundo Souza Júnior, Bitencourt e Triginelli (2017, p. 106) “não é a violência que produz a apropriação privada dos frutos do trabalho humano. É, ao contrário, a apropriação privada dos frutos do trabalho humano que produz a violência”. Sob essa perspectiva, seria a partir da noção de falta (econômica) que o sujeito recorreria à violência como meio de garantir sua sobrevivência e manter sua subsistência. A violência, portanto, se encontra na estrutura da sociedade capitalista, que objetiva mascarar a violência sistêmica e evidenciar a violência subjetiva, mantendo, assim, o estado em que se encontra a estrutura social. Somente reconhecendo-se as bases nas quais a violência se estrutura é que se tornaria possível superá-la no seio de uma sociedade.

Contrário à imagem midiática da violência sempre atrelada à pobreza, para Wieviorka (1997), “ligada ao controle e à acumulação de recursos econômicos, a

violência não é necessariamente a arma dos pobres” (p. 30). Ele evidencia que o que a contemporaneidade nos mostra é que a violência carrega em si a marca pulsante do capitalismo e suas novas expressões mundiais, estando sempre mais presente em países onde há maiores possibilidades de conflitos por supremacia econômica. Nesses casos, a violência sistêmica impera sobre a violência subjetiva, mas é menos evidenciada, o que acaba relegando aos pobres a culpabilização pela violência.

Sobre isso, Žižek (2014) aponta como os denominados *comunistas liberais* justificam o capitalismo neoliberal pelos fins humanitários a que seus lucros seriam destinados, apresentando-se contrários à violência subjetiva, mas engendrando os meios necessários para que ela se efetive. Eles combatem, por meio de ações caritativas, os efeitos de sua própria atuação em relação ao capital, principalmente em países subdesenvolvidos. Sob essa perspectiva, a pobreza encontra-se intrinsecamente ligada à realidade histórico-dialética do sujeito, de modo que a própria estrutura capitalista incentivaria e promoveria a pobreza, como condição de continuidade de sua existência.

Bleichmar (2008) é categórica ao afirmar não ser a pobreza a única ou principal causadora de problemas sociais tão sérios, como a violência. Para ela, o fenômeno violento "es producto de dos cosas: por un lado, del resentimiento por las promesas incumplidas, y por el otro, la falta de perspectiva de futuro" (BLEICHMAR, 2008, p. 35). Ela evidencia, à vista disso, como a análise simplista da violência pode relegá-la ao plano das políticas públicas deficitárias e patologizações psicologizantes da sociedade. Entre os educadores, assim como na sociedade, o aluno proveniente de meios sociais considerados violentos tende a ser visto como mais propenso a cometer atos violentos. Seria a situação socioeconômica, portanto, propulsora de violência na escola?

### **3. Uma educação escolar não violenta é possível?**

Para Aquino (1998) “há uma violência ‘positiva’, imanente à intervenção escolar, constitucional e constituinte dos lugares de professor e aluno.” (AQUINO, 1998, p. 13) e necessária para a manutenção das intencionalidades da escola. “É a partir dessa natureza conflitiva que se pode derivar, a nosso ver, um certo olhar mais ‘produtivo’ sobre o cotidiano escolar contemporâneo e o que os rastros de violência nele embutidos têm-nos revelado sobre ele.” (AQUINO, 1998, p. 13). Essa relação seria o que permite a transmissão do saber e ao mesmo tempo a autonomia do aluno em relação à pessoa do professor. Esse encontro marcado com a violência na escola, quando

reconhecido e assimilado como fundamental, e se bem administrado, pode possibilitar “[...] não somente o fortalecimento das instituições escolares, como também a afirmação do espaço social multicultural como o reconhecimento do conflito como potencialmente criador de laços sociais.” (SANTOS, 2001, p. 110).

Segundo Zanolla (2010, p. 119) “o processo educativo não é uma realização acabada, definitiva, idealizada. Isso exige reconhecer que a própria educação, ao invés de formar, poderia deformar mentalidades”. Isso nos remete à educação impossível de Freud, uma vez que por mais que intente a escola formar os sujeitos para a vida em sociedade, e para isso necessite utilizar de violência, algo necessita faltar no processo, possibilitando a emersão da subjetividade do sujeito, o que ele tem de mais íntimo, verdadeiramente seu. A massificação da educação, em prol de um ideal *standard* capitalista tem impedido esse processo de subjetivação. Desse apagamento subjetivo, a violência pode advir como uma forma de demarcar um lugar, um *acting out* em busca de sentido. Presume-se, portanto, que a escola, ainda que de forma não intencional, tem promovido o recrudescimento da violência em decorrência de sua organização. Mas que outra forma de educação escolar seria possível?

Sendo a violência de origem social e ao mesmo tempo individual, pois pode o sujeito, por uma asserção subjetiva, decidir-se ou não pela violência, Pino (2007) argumenta a importância de uma educação para a não violência como um processo de socialização e aculturação para a convivência pacífica. “Educar para a ‘não violência’ é, portanto, ajudar as novas gerações a encontrarem as razões suficientes para não optar pela violência que ameaça inviabilizar essas relações” (PINO, 2007, p. 778). Como tornar possível, então, uma educação escolar não violenta que leve o sujeito a fazer uma escolha por ela?

## **Referências**

- AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos cedes**, v. 19, n. 47, p. 07-19, 1998.
- BLEICHMAR, S. **Violencia social-violencia escolar**. Noveduc Libros, 2008.
- COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & sociedade**, v. 28, n. 100, p. 763-785, 2007.
- SANTOS, J. V. T. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. **Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 105-122, 2001.

SOUZA JÚNIOR, H. P.; BITENCOURT, C. D. S.; TRIGINELLI, D. H. Educação e violência: uma reflexão a partir da ontologia do ser social. **Pro-Posições**, v. 28, n. 1, p. 103-124, 2017.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. **Tempo social**, v. 9, n. 1, p. 5-41, 1997.

ZANOLLA, S. R. S. Educação e barbárie: aspectos culturais da violência na perspectiva da teoria crítica da sociedade. **Sociedade e cultura**, v. 13, n. 1, p. 117-123, 2010.

ŽIŽEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. Boitempo Editorial, 2014.